

Gramática, ensino e representação linguística: reflexões sobre o uso e a classificação verbal em dois modelos de referência

Grammar, teaching, and Linguistic Representation: reflections on verbal usage and classification in two reference models

Alessandro Jocelito Beccari¹, Miriam de Oliveira Silva Franklin Miranda²

Universidade Estadual Paulista (Brasil), Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil)

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise comparativa acerca do uso dos verbos e das classificações verbais na gramática escolar *360º – Língua portuguesa: novas palavras*, de Emilia Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antônio, de cunho normativo, e na *Gramática do Português Brasileiro*, de Mário A. Perini, de perspectiva descritiva. O objetivo é compreender como diferentes concepções gramaticais estruturam os conteúdos verbais. A pesquisa parte da necessidade de refletir sobre o ensino de gramática no Brasil, desde o período colonial até o século XX, e da influência dessas abordagens no contexto pedagógico contemporâneo. A metodologia adotada é bibliográfica e documental, com foco na comparação das estruturas, classificações e usos verbais nas obras analisadas, além de contextualização histórica. A gramática escolar *360º – Língua portuguesa: novas palavras* preserva uma organização tradicional, centrada na norma culta e em classificações morfológicas e sintáticas convencionais, ao passo que a gramática de Perini enfatiza uma estruturação pautada na descrição da língua em uso.

PALAVRAS-CHAVE:

Ensino gramatical. Verbos. Classificação verbal. Gramática descritiva. Gramática normativa.

ABSTRACT

This article proposes a comparative analysis of the use of verbs and verbal classifications in *Gramática Escolar 360º – Língua Portuguesa: Novas Palavras*, by Emilia Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite and Severino Antônio, which is normative in nature, and in *Gramática do Português Brasileiro*, by Mário A. Perini, which is descriptive in nature. The objective is to understand how different grammatical concepts structure verbal content. The research stems from the need to reflect on the teaching of grammar in Brazil, from the colonial period to the 20th century, and the influence of these approaches on the contemporary pedagogical context. The methodology adopted is bibliographic and documentary, focusing on the comparison of structures, classifications, and verbal uses in the works analyzed, in addition to historical contextualization. The *360º – Língua portuguesa: novas palavras* grammar preserves a traditional organization, centered on the standard language and conventional morphological and syntactic classifications, while Perini's grammar emphasizes a structure based on the description of the language in use.

KEYWORDS:

Grammar teaching. Verbs. Verb classification. Descriptive grammar. Prescriptive grammar.

Recebido em: 23 set. 2025

Aceito em: 29 out. 2025

¹ E-mail: a.beccari@unesp.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6230-741x>.

² E-mail: miriamosf@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3903-9838>.

1. Introdução

O ensino da gramática no Brasil apresenta uma trajetória histórica complexa, marcada por influências diversas e mudanças conceituais que refletem não apenas a evolução da linguística, mas também as dinâmicas socioculturais e pedagógicas do país. Para uma melhor compreensão desse percurso, é pertinente uma breve contextualização histórica do ensino gramatical no Brasil, a fim de compreender as raízes e os desdobramentos das práticas pedagógicas atuais.

Desde o período colonial, quando a gramática era utilizada como instrumento de dominação linguística e catequese, passando pelas reformas pombalinas e pelas influências da tradição europeia, até as abordagens contemporâneas, observa-se uma constante tensão entre modelos normativos e descritivos. Nesse contexto, compreender o tratamento conferido aos verbos e às classificações verbais por diferentes gramáticas é essencial para revelar não apenas as distintas formas de descrever o funcionamento da língua, mas também as implicações pedagógicas dessas abordagens no processo de ensino-aprendizagem.

Este artigo propõe uma análise comparativa entre duas obras gramaticais que representam perspectivas contrastantes: a gramática escolar *360º – Língua portuguesa: novas palavras*, de Emilia Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antônio, que se ancora em uma visão normativa, e a *Gramática do Português Brasileiro*, de Mário A. Perini, que adota uma abordagem descritiva, voltada à descrição efetiva do uso da língua no Brasil. A investigação busca compreender como os verbos são apresentados e classificados nessas duas gramáticas, observando os critérios utilizados, os conceitos mobilizados e as implicações que tais escolhas trazem para o ensino da língua portuguesa.

A escolha dos verbos e das classificações verbais como objeto de análise justifica-se pela centralidade dessa classe gramatical na estrutura da oração e pela forma como sua abordagem reflete concepções teóricas distintas sobre língua, gramática e ensino. Ao articular análise linguística e reflexão pedagógica, este estudo contribui para o debate sobre o ensino de gramática no país, destacando a importância de se compreender a gramática não apenas como um conjunto de regras normativas, mas como uma ferramenta de compreensão da linguagem em uso.

A partir dessa comparação, pretende-se evidenciar as diferenças e convergências entre uma abordagem normativa e uma descritiva, bem como refletir sobre as implicações dessas perspectivas para o ensino da gramática no cenário educacional brasileiro.

2. História da gramática escolar no Brasil

A história da gramática escolar brasileira está profundamente ligada à história da educação no Brasil e ao processo de formação da língua portuguesa como instrumento de identidade nacional. A gramática escolar tem sido, historicamente, um dos pilares do ensino da língua portuguesa, como instrumento de regulação linguística e formação de sujeitos linguísticos. No entanto, ela se vincula a contextos sociais, políticos e ideológicos que moldaram o ensino da língua ao longo dos séculos.

Conforme afirma Borges Neto (2024, p. 332), no Brasil encontram-se estudos gramaticais desde o século XVI, como, por exemplo, *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta (1534-1597), gramática do tupi publicada em 1595, mas escrita, provavelmente, cerca de quarenta anos antes.

Contudo, no Brasil, os estudos gramaticais sobre a língua portuguesa só aparecerão mais tarde. Duarte (2021, p. 2) afirma que o ponto inicial da educação formal no Brasil é a chegada dos padres jesuítas em 1549, que, durante quase dois séculos, são os responsáveis pela educação voltada para um aspecto religioso e missionário. Paralelamente, agiam com o objetivo de conter o avanço da reforma protestante, propagandeando o catolicismo e a cultura europeia por onde passavam, além de disseminar os estudos de textos clássicos latinos e gregos.

Nas reformas do século XVIII, promovidas pelo Marquês de Pombal, a gramática passou a desempenhar um papel central no currículo das aulas régias, criadas para substituir as escolas jesuíticas. A Língua Portuguesa, antes subordinada ao Latim nos colégios religiosos, começou a ser valorizada como objeto de estudo e como meio de uniformização cultural e política.

Desde o século XIX, a consolidação da gramática como disciplina escolar esteve ligada à construção do Estado-nação brasileiro. Com a Independência em 1822 e a institucionalização do Império, o ensino da língua portuguesa, também chamada de língua nacional, passou a ser um meio de unificação linguística e de diferenciação social. Nesse contexto, as gramáticas normativas, fortemente influenciadas por modelos europeus — especialmente o português de Portugal — tornaram-se hegemônicas nas escolas.

No século XX, a gramática deixa de ser vista apenas como um conjunto prescritivo de regras, e passa a ser compreendida também como um instrumento de análise e valorização da diversidade linguística.

A trajetória do ensino de gramática no Brasil é profundamente marcada por controvérsias e pela influência de tradições europeias, em especial da gramática normativa portuguesa, e por sucessivas adaptações às exigências pedagógicas de cada contexto histórico. Longe de se restringir a um mero repositório de regras linguísticas, a gramática tem desempenhado um papel central como instrumento pedagógico, refletindo e reproduzindo valores culturais, ideológicos e políticos, que variam conforme os diferentes momentos da história educacional brasileira.

2.1. *Origens coloniais: a gramática como instrumento de catequese*

Durante o período colonial, a educação ministrada pelos jesuítas esteve intimamente ligada à missão evangelizadora. A língua ensinada não era apenas um meio de comunicação, mas um instrumento de conversão religiosa.

Segundo Ribeiro (1992, p. 22-23),

Ao analisar-se o primeiro plano educacional, elaborado pelo padre Manoel da Nóbrega, percebe-se a intenção de catequizar e instruir indígenas, como determinava os Regimentos; [...] O plano de estudos propriamente dito foi elaborado de forma diversificada, com o objetivo de atender à diversidade de interesses e capacidades. Começando pelo aprendizado da língua, incluía o ensino da doutrina cristã, a escola de ler e escrever. Daí em diante, continha, em caráter opcional, o ensino de canto orfeônico e da música instrumental, e uma divulgação, tendo em um dos lados o aprendizado profissional e agrícola e, de outro, aula de gramática e viagem de estudos à Europa.

A proposta educativa do padre Manoel da Nóbrega evidencia um projeto pedagógico que, apesar de voltado prioritariamente para a evangelização dos indígenas, contemplava uma estrutura diversificada e relativamente abrangente para os padrões da época. O ensino da língua, nesse contexto, não se limitava à alfabetização, mas estava intrinsecamente ligado à doutrinação religiosa, ao domínio cultural e à construção de uma identidade cristã.

Com a ampliação das escolas e consequentemente o aumento do número de alunos, os jesuítas projetaram um plano de normatização dos procedimentos escolares, o *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*, conhecido como *Ratio Studiorum*, implantado em 1599 e seguido até a supressão da ordem religiosa, no século XVIII. Com a influência do humanismo renascentista, iniciava-se à tradição escolar brasileira com a valorização da cultura greco-romana, tendo como referência para o ensino de línguas o latim e a literatura clássica e preterindo o vernáculo a uma posição secundária (Duarte, 2021, p. 3).

Assim, a educação passou a ser a atividade mais importante. A Companhia de Jesus, fundada durante o movimento de reação da Igreja Católica contra a Reforma Protestante, tinha como objetivo impedir o avanço do protestantismo da época, para tanto, utilizou-se de duas estratégias: a educação dos homens e dos indígenas; e a ação missionária, por meio das quais procuraram converter à fé católica os povos das regiões que estavam sendo colonizadas (Maciel e Shigunov Neto, 2006, p. 467).

Contudo, o foco da educação jesuítica mudou no decorrer do tempo, sua ação missionária continuou, mas os colégios jesuítas o direcionaram à educação intelectual da elite colonial, preparando-a para o ingresso na faculdade de Coimbra.

De acordo com Maciel e Shigunov Neto (2006, p. 496),

A partir do século XVI, a direção do ensino público português desloca-se da Universidade de Coimbra para a Companhia de Jesus, que se responsabiliza pelo controle do ensino público em Portugal e, posteriormente, no Brasil. Praticamente, foram dois séculos de domínio do método educacional jesuítico, que termina no século XVIII, com a Reforma de Pombal, quando o ensino passa a ser responsabilidade da Coroa Portuguesa (Maciel e Shigunov Neto, 2006, p. 469).

Em 1759 os membros da Companhia de Jesus são expulsos das colônias portuguesas com a justificativa de desobediências dos padres às autoridades civis e militares. A expulsão foi um marco decisivo, a partir dela extinguiu-se o sistema de ensino até então baseado nos princípios religiosos e humanistas da Companhia de Jesus.

2.2. O ensino de gramática na Era Pombalina

O período pombalino, marcado pelas reformas educacionais promovidas pelo Marquês de Pombal durante o reinado de D. José I em Portugal (1750-1777), representou uma inflexão significativa no modo como a educação, especialmente o ensino da gramática, era concebida e praticada tanto em Portugal quanto em suas colônias, incluindo o Brasil.

Segundo Maciel e Neto (2006, p. 467), ao assumir o cargo de Ministro da Fazenda, Pombal iniciou mudanças em todas as áreas da sociedade portuguesa: políticas, administrativas, econômicas, culturais e educacionais. Tais transformações exigiam um rigoroso controle estatal e a eficácia da máquina administrativa. Essas medidas foram dirigidas, em grande parte, contra a nobreza e a Companhia de Jesus, instituições vistas como ameaças à consolidação do poder absoluto do monarca.

O ensino da gramática passou a ser estruturado de forma mais sistemática, com ênfase na memorização de regras, análise sintática e tradução. Segundo Borges Neto (2024, p. 333),

Em 1759, no contexto das reformas praticadas pelo Marquês de Pombal, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias. Os colégios dos jesuítas, então, foram substituídos pelas Aulas Régias, que proviam as crianças brasileiras de formação elementar de letras e humanidades, com classes de gramática latina, grego e retórica. Mais tarde, outras disciplinas foram acrescentadas, como filosofia, economia, desenho e línguas estrangeiras (inglês e francês, particularmente). Não havia, no entanto, instituições de ensino superior no Brasil. Os brasileiros interessados em fazer cursos universitários precisavam deslocar-se a Portugal (Borges Neto, 2024, p. 333).

Durante a administração pombalina, observa-se uma tentativa deliberada de atribuir à Companhia de Jesus a responsabilidade pelos principais males que afetavam a educação tanto na metrópole quanto na colônia. Nesse contexto, os jesuítas são apontados como os grandes responsáveis pela decadência cultural e educacional que marcava a sociedade portuguesa da época.

Carvalho (1978, p. 32 *apud* Maciel e Shigunov Neto, 2006, p. 470) afirma que

[...] o tão celebrado ódio do Marquês de Pombal à Companhia de Jesus não decorreu dos prejuízos opiniáticos de uma posição sistemática previamente traçada. Fatores vários e complexos, de ordem social, política e ideológica, influíram decisivamente na evolução de uma questão que ainda hoje apaixona e obnubila a visão dos espíritos mais esclarecidos. Na brevidade desta forma de ideal político nacional – a conservação da união cristã e da sociedade civil – se condensa toda uma filosofia com objetivos claramente definidos, responsável, aliás, de certa forma, tanto pelas virtudes quanto pelos vícios do despotismo imperante.

A metodologia adotada por Pombal foi fortemente influenciada pelos ideais iluministas, com ênfase na valorização de um pensamento pedagógico voltado para a escola pública, laica e sob controle estatal.

Assim, o ensino da gramática na era pombalina não pode ser entendido apenas como uma prática pedagógica, mas como um instrumento de poder, disciplinamento e constituição de uma elite letrada. A gramática, nesse contexto, era tanto uma ferramenta de ascensão social quanto um mecanismo de exclusão, delimitando os espaços de legitimidade linguística e intelectual dentro da estrutura colonial e metropolitana.

A obra *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*, publicada por Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), se destaca, ao propor uma gramática filosófica, racional e voltada para a valorização da língua portuguesa, antecipando preocupações modernas com a descrição sistemática e lógica da língua.

Segundo Borges Neto (2024, p. 270),

É interessante notar a crítica que Soares Barbosa faz às gramáticas que seguem o modelo das artes latinas: enfadonhas, cheias de erros, de exceções às regras. Aqui, certamente, Soares Barbosa está se referindo à característica normativa dessas gramáticas e em sua fundamentação na “boa linguagem” dos autores de literatura (Borges Neto, 2024, p. 270).

Sua abordagem se distancia do modelo puramente prescritivo, incorporando elementos descritivos e teóricos, porque propõe classificações gramaticais com base em critérios lógicos e busca dar conta do funcionamento real da língua.

Porém, o legado normativo e centralizador permaneceria por muito tempo nas práticas escolares, influenciando a maneira como a língua portuguesa seria ensinada no Brasil mesmo após a Independência, refletindo, ainda que adaptadas, as raízes do projeto pombalino de educação.

2.3. Século XIX: normatização e construção da identidade nacional

No século XIX, o ensino de gramática no Brasil passou por transformações significativas, acompanhando as mudanças sociais, políticas e educacionais que marcaram o período.

Segundo Borges Neto (2024, p. 333-334),

Com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, em 1808, as Aulas Régias se multiplicaram e foram criados alguns cursos superiores, de Medicina (na Bahia e no Rio de Janeiro) e Engenharia (na Academia Real Militar do Rio de Janeiro), por exemplo.

Quanto aos estudos gramaticais, é preciso que se passem alguns anos para que se comecem a publicar gramáticas no Brasil. As gramáticas portuguesas continuam sendo usadas e as gramáticas “brasileiras” que começam a aparecer seguem, de forma ortodoxa, as linhas propostas pelos gramáticos portugueses.

Diante da chegada da família real, a sede do reino transferiu-se para o Brasil, assim, foram criados cursos, cadeiras, escolas e as primeiras faculdades para atender às necessidades dessa nova população. Com a influência de D. João VI, ocorreu a abertura de escolas de primeiras letras em todo o país e multiplicaram-se as escolas secundárias de artes e ofícios.

Conforme Oliveira (2005, p. 16),

Com a vinda de D. João às terras brasileiras foram criados entre 1808 e 1821, em bases firmes e duradouras: o ensino de engenharia e medicina, principais portas de acesso para as ciências naturais no país; várias instituições, como museu, jardins botânicos, academias militares, bibliotecas e imprensa, todas elas de importância para o desenvolvimento da cultura científica.

Esses marcos inaugurais não apenas consolidaram as bases para o desenvolvimento científico nacional, mas também indicaram um momento de ruptura com o modelo exclusivamente religioso e rudimentar de educação até então predominante no período colonial.

No Brasil, no início do século XIX, em 1816, Ignácio Felizardo Fortes (m. 1856)³ publicou a primeira gramática escrita por um brasileiro, intitulada *Arte de Grammatica Portuguesa*. Com o passar do tempo, ocorre a expansão da produção de gramática, que vai adquirindo novas características (Melazo e Araújo, 2020, p. 122).

No Brasil, publicaram-se várias gramáticas filosóficas, como: *Grammatica razoável da língua portuguesa*, escrita por Lourenço Trigo de Loureiro (1793-1870) e publicada em 1828 no Rio de Janeiro; *Compendio de grammatica philosophica da língua portuguesa*, para uso das Escolas de Primeiras Letras, escrito pelo padre Antônio da Costa Duarte e publicado em 1829 no Maranhão, entre outras (Borges Neto, 2024, p. 334).

Até então, o período racionalista predominava nas abordagens pedagógicas e gramaticais, marcado por uma forte influência da lógica e da filosofia, especialmente do pensamento escolástico e cartesiano. Nesse modelo, a gramática era entendida como um conjunto de regras fixas, derivadas da razão e do modelo do latim clássico, cuja autoridade era quase incontestável.

Segundo Duarte (2021, p. 6),

Ainda no século XIX, alguns passos foram dados rumo ao estabelecimento da literatura nacional e do cânone literário brasileiro. Dessa forma, a partir de 1850, lentamente se delineava a tendência de estudo da gramática, da retórica e da poética por meio de exemplos baseados nos clássicos nacionais, semelhante ao que ocorria no ensino das letras clássicas, quando o estudo da língua se baseava nas literaturas greco-latinas. Aos poucos, o vernáculo ganhava espaço, porém, o latim permanecia como disciplina obrigatória.

Borges Neto (2024, p. 336) afirma que

³ Não foi possível identificar a data de nascimento do autor nas fontes disponíveis até o momento da elaboração deste estudo.

No final do século XIX – para ser mais preciso, a partir da década de 1870 –, encontramos o final do período racionalista no Brasil e o início do período que Cavaliere (2001) chama de científico. O marco divisório desses dois períodos, para Cavaliere, é a publicação da *Grammatica portugueza*, de Julio Ribeiro,⁴ em 1881 no Rio de Janeiro.

Essa obra é, portanto, um divisor de águas, pois desafia a visão tradicional e eurocêntrica da língua, ao mesmo tempo em que dialoga com os princípios do positivismo, corrente filosófica e científica em ascensão na época. O seu impacto se fez sentir tanto na educação linguística escolar quanto no desenvolvimento da gramática brasileira, pavimentando o caminho para estudos mais sistemáticos e científicos da linguagem no século XX.

Cavaliere (2014, p. 34) afirma que

Até o início da sétima década do século XIX, o pensamento gramatical brasileiro atrelava-se aos cânones racionalistas de Port-Royal, com subordinação do fato linguístico ao conceito lógico-filosófico. Da antiga escola, destacam-se os trabalhos do grupo maranhense, liderado por Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), a par dos textos iniciais do baiano Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920). Advirta-se que o termo “gramática filosófica” nem sempre expressa nesse momento dos estudos gramaticais brasileiros um ideário estreito com o racionalismo predominante até o final do século anterior.

De acordo com Duarte (2021, p. 6), com a Proclamação da República, a Reforma Benjamin Constant (1890) valorizou o ensino da língua portuguesa, promoveu o enaltecimento da cultura e do território nacional nas disciplinas de literatura, história e geografia, extinguiu religião, filosofia e retórica, e, sob o espírito nacionalista, buscou modernizar o ensino, afastando-o do humanismo renascentista e aproximando-o da ciência e da pátria.

Benjamin Constant Botelho (1836- 19891) era adepto do positivismo e tal reforma expressa o ideário positivista que influenciou os primeiros anos da República. A valorização do ensino da língua portuguesa expressa o desejo de consolidar uma identidade nacional, já o abandono da filosofia e da retórica pode ser entendido como uma tentativa de romper com a tradição humanista e clássica do ensino colonial, em favor de uma educação mais científica, prática e voltada ao progresso.

⁴ Segundo Cavaliere (2014, p. 32), antes de Júlio Ribeiro, ao menos no tocante à cronologia exata das publicações de textos linguísticos, nenhum trabalho completo de descrição do sistema do português havia vindo a lume sob o manto do modelo histórico-comparativo.

No período republicano, a sociedade brasileira continuou a modernizar-se. A série de reformas pelas quais passa a organização escolar revela uma oscilação entre a influência humanista clássica e a realista ou científica.

Dos textos do período da gramática científica brasileira, depreende-se um conceito plural de gramática, definido conforme o objeto de cada área de pesquisa. Conforme Cavaliere (2014, p. 37),

Em linhas sintéticas, o conceito de gramática à época variava em função do objeto: gramática geral, que tratava das leis universais da língua; gramática descritiva, que cuidava da exposição sistemática de uma dada língua particular; gramática histórica, que visava ao restabelecimento do percurso diacrônico da língua; gramática prática, de caráter ordinariamente prescritivo, que se voltava exclusivamente para o ensino de língua materna.

As melhores gramáticas brasileiras do período científico, a despeito de terem efetivo caráter prescritivo, jamais se desviaram totalmente de um escopo descritivo, o que lhes dá feição híbrida, descritivo-prescritiva, bastante diferente da que caracteriza os compêndios normativos que se limitam a arrolar gratuita e sinteticamente as regras do uso correto da língua.

Conclui-se, portanto, que a Reforma Benjamin Constant e a gramática científica brasileira configuram um projeto educacional marcado pelo hibridismo, no qual se articulam tradição humanista e orientação científica, resultando em uma formulação gramatical que integra dimensões universais, descritivas e prescritivas.

2.4. Século XX: entre tradição e crítica linguística

No século XIX, consolidou-se um olhar sistemático e comparativo sobre as línguas, com a criação de grandes tipologias e o desenvolvimento de métodos de reconstrução linguística. A formulação de “leis” fonéticas e outros princípios científicos marcaram o início da linguística como disciplina autônoma, distanciando-se do viés filosófico ou puramente normativo que dominava anteriormente. Essa mudança foi fundamental para o avanço da linguística enquanto ciência, aproximando-se do rigor das ciências naturais.

No decorrer do século XX, a produção de gramáticas normativas atuou de maneira a determinar como a língua deveria ser aprendida e ensinada.

Conforme Mota *et al.* (2017, p. 556),

O panorama linguístico do século XIX desenhou os contornos para o processo da gramatização no século XX. Nesse período, já tínhamos a garantia de um Estado, consequentemente, houve um deslocamento político da língua que antes estava sob o domínio da colônia portuguesa, para se constituir enquanto elemento de afirmação de uma língua “genuinamente” elaborada em território brasileiro. Por conta disso é que se pode falar em “Língua Portuguesa no Brasil”, justamente para assinalar que, após a consolidação do Estado, houve uma construção imaginária da unidade dessa língua e começou-se a pensar na propagação da Língua Portuguesa no Brasil, a partir de gramáticas elaboradas em território nacional.

Segundo Borges Neto (2024, p. 364),

No âmbito ainda do período científico, mas já no século XX, encontramos gramáticos como Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), Manoel Said Ali (1861-1953), Otoniel Mota (1878-1951), Souza da Silveira (1883-1967), Antenor Nascentes (1886-1972), entre outros. Podemos incluir aqui gramáticos que, apesar de terem escrito gramáticas lançadas ainda no século XIX, publicaram novas edições no século XX.

Em meados do século XX, foi instituída a Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB, documento do Ministério da Educação e Cultura, pela Portaria Ministerial nº 36, de 28 de janeiro de 1959, com o objetivo de padronizar a terminologia das gramáticas escolares em virtude da diversidade terminológica que havia no universo escolar.

A NGB engessou completamente o estudo gramatical e tornou as gramáticas – particularmente as que almejavam sua utilização nas escolas – praticamente idênticas entre si (Borges Neto, 2024, p. 432)

Ainda no século XX, a Linguística apresentou as primeiras contribuições aos estudos da língua materna, alterando o cenário, até então, dominado pelas gramáticas já consolidadas. Segundo Borges Neto (2024, p. 393), “o primeiro docente da disciplina foi José Oiticica (José Rodrigues Leite e Oiticica – 1882-1957), sendo substituído, em 1938, por Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1904-1970)”.

Ainda segundo Borges Neto (2024, p. 393),

As aulas de Mattoso Câmara foram transformadas em textos, publicados na forma de fascículos, na Revista de Cultura, nos anos 1939 e 1940. Reunidas em um só volume, Mattoso Câmara as publica, em 1941, com o título de *Princípios de linguística geral como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa*. Embora não se perceba claramente uma orientação estruturalista nesta primeira edição do livro, ele já era bastante inovador e não ficava preso à tradição historicista dominante no início do século XX: em suas sucessivas reedições, sempre refundidas, a obra foi se tornando cada vez mais estruturalista.

Assim, inicia-se a vertente descritiva da língua, que foi melhor desenvolvida por Ferdinand de Saussure (1857 - 1913) no movimento estruturalista.

Em meados do século XX, os gramáticos passaram a conhecer o paradigma estruturalista, porém reafirmaram suas posições “tradicionais”. Nem por isso as tentativas de incorporar em suas gramáticas os resultados considerados interessantes das análises estruturalistas deixaram de aparecer (Borges Neto, 2024, p. 398).

Com os estudos de Saussure (2002 *apud* Gonçalves e Nascimento, 2017, p. 60),

Saussure compreendeu que a língua constituía uma organização sistema-estrutura de elementos coesos, inter-relacionados e regrados em que a organização seguia leis internas, ou seja, eram estabelecidas dentro do próprio sistema tendo como reguladora as normas internalizadas desde a aquisição da linguagem. Tratava-se, portanto, de um conhecimento adquirido socialmente pelos falantes de qualquer realidade.

Esse movimento representa uma ruptura com o modelo prescritivo consolidado anteriormente e inaugura novas formas de compreender e ensinar a língua portuguesa, diante de uma perspectiva mais científica e descritiva, promovida pela linguística.

Com a incorporação dos pressupostos saussurianos e o trabalho pioneiro de Mattoso Câmara, inicia-se um movimento de descrição científica da língua portuguesa, que, embora não tenha substituído completamente as gramáticas normativas, inaugurou novas formas de pensar e ensinar a língua materna, com base no funcionamento real e social da língua.

Já em meados do século XX, Noam Chomsky (1928) idealizou a teoria da “gramática universal”, ou gramática geral fundamentada em princípios comuns a todas as línguas.

De acordo com Borges Neto (2024, p. 402),

A partir dos anos 1970, as ideias estruturalistas passaram a ter a concorrência das ideias gerativistas, de Noam Chomsky (1928-). Ainda não consolidada no Brasil como alternativa à gramática tradicional, a abordagem estruturalista rapidamente foi suplantada pela proposta de Chomsky. Embora já circulando nos Estados Unidos e na Europa há cerca de dez anos, a Gramática gerativa e transformacional, de Chomsky, aparecia no Brasil como uma grande novidade. Em consequência, muitos gramáticos rapidamente esqueceram o estruturalismo e passaram a introduzir em suas gramáticas noções, técnicas e procedimentos que tinham origem na proposta chomskiana.

Segundo Gonçalves e Nascimento (2017, p. 60),

Chomsky defendia que o comportamento linguístico dos indivíduos, deveria ser compreendido como o resultado de um dispositivo inato, uma capacidade genética e, portanto, interna ao organismo humano, a qual devia estar fincada na biologia do cérebro/mente da espécie e se destinava a constituir a competência linguística de um falante. Em outras palavras, a linguagem estaria relacionada a natureza humana e não a seu contexto social, tornando papel do gerativismo constituir um modelo teórico capaz de descrever e explicar esta natureza e seu funcionamento.

Assim, com os estudos linguísticos e o surgimento de diferentes vertentes, que abordam os mais diversos aspectos da linguagem, passou-se a dispor de uma ampla variedade de gramáticas. Tais abordagens vão desde a análise da escrita sob os enfoques da gramática normativa, histórica, comparativa, funcional e descritiva, até o estudo da oralidade. Dessa forma, ampliou-se o espaço não apenas para a valorização da norma-padrão, mas também para o reconhecimento e a legitimação da multiplicidade que a variação linguística representa.

3. Aspectos teórico-metodológicos do ensino verbal: um estudo comparativo entre a gramática normativa escolar e a descritiva do português brasileiro

Para uma análise do uso dos verbos e das classificações verbais, faz-se necessário conhecer a história do ensino da gramática no Brasil, pois é imprescindível para compreender os fundamentos e os objetivos que sustentam diferentes análises gramaticais, sobretudo quando se estuda o uso e a classificação dos verbos. Ao resgatar esse percurso histórico, torna-se possível entender por que o ensino dos verbos ainda é, muitas vezes, centrado na memorização de regras e na repressão de formas populares ou variantes linguísticas.

Por outro lado, essa consciência histórica também permite valorizar a emergência das abordagens descritivas, que se propõem a observar a língua como um fenômeno vivo e em constante mudança, analisando os verbos não apenas como formas a serem memorizadas, mas como elementos funcionais e significativos dentro da comunicação. Assim, a comparação entre gramática normativa e descritiva ganha profundidade quando se reconhece que ambas são produtos de contextos históricos, ideológicos e educacionais distintos, o que justifica suas diferentes formas de tratar os verbos e evidencia a necessidade de um ensino mais crítico e inclusivo da língua portuguesa.

O estudo comparativo das gramáticas contemporâneas revela uma dicotomia significativa no tratamento dos verbos e de seus tempos, estabelecida entre a orientação normativa e a orientação descritiva. Segundo Perini (2010, p. 18), os estudos de gramática oferecem uma visão

da estrutura e do funcionamento da língua que, ao permitir a comunicação, possibilita a própria existência complexa da sociedade moderna.

Desde a Antiguidade, destaca-se uma característica marcante e persistente da tradição gramatical: o caráter normativo e didático das gramáticas. Tais obras foram concebidas, primordialmente, como instrumentos pedagógicos voltados para o ensino da “língua dos autores” (poetas e oradores), com foco na normatização do uso da linguagem — tanto na leitura e interpretação de textos quanto na produção oral e escrita.

Ao longo dos séculos, o papel das gramáticas foi o de regular e padronizar a linguagem, estabelecendo o que seria o uso considerado correto ou aceitável. Essa função prescritiva visava não apenas ao domínio da estrutura linguística (morfologia e sintaxe), mas também ao controle do conteúdo semântico, ou seja, da interpretação adequada dos textos.

O primeiro documento oficial que apresenta uma perspectiva para a identificação de limitações do ensino tradicional foi o surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, na década de 90, que apresentou críticas ao modelo utilizado, “a apresentação de uma teoria gramatical inconsistente – uma espécie de gramática tradicional mitigada e facilitada” (Brasil, 1998, p. 18).

Conforme Gonçalves e Nascimento (2017, p. 63),

ensinar língua materna para falantes de língua materna passou a ser um dos principais desafios. É sabido que os alunos já entram no espaço escolar com sua gramática internalizada e produzem enunciados estruturados de maneira gramatical. Ou seja, a gramática já faz parte do conhecimento de mundo deles.

Assim, o ambiente escolar como espaço privilegiado de circulação dessas gramáticas reforça a centralidade da escola na transmissão de uma norma linguística, frequentemente associada a padrões de prestígio cultural e social. Portanto, o ensino da gramática tradicionalmente contribuiu para a manutenção de uma determinada visão de língua, muitas vezes excludente e descolada da diversidade real do uso linguístico.

Conforme Perini (2010, p. 21), o linguista, cientista da linguagem, observa a língua como ela é, não como algumas pessoas acham que ela deveria ser. O objetivo é descrever como é o Português Brasileiro, não prescrever formas certas e proibir formas erradas. Assim, ‘certo’ é aquilo que ocorre na língua.

Assim, a gramática deixa de ser um instrumento de compreensão da linguagem para se tornar um mecanismo de controle e hierarquização social, promovendo um ideal de “correção”.

Evidencia-se um embate entre duas visões de língua: a tradicional, normativa e excludente, centrada na escola; e a descritiva, inclusiva e mais próxima da realidade linguística da população, como propõe Perini. Tal confronto é essencial para pensar novas práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam uma educação linguística mais democrática.

3.1. Comparação da abordagem do ensino do uso dos verbos e das classificações dos tempos verbais

Para o estudo dos verbos e das classificações dos tempos verbais, foram utilizados dois referenciais distintos: a gramática escolar *360º – Língua portuguesa: novas palavras*, de Emilia Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antônio (3. ed., São Paulo: FTD, 2017), e a *Gramática do Português Brasileiro*, de Mário A. Perini (São Paulo: Parábola, 2010). A primeira, voltada aos ensinos fundamental e médio, propõe-se a desenvolver habilidades linguísticas por meio do trabalho com diferentes gêneros textuais, buscando aprimorar a competência comunicativa dos alunos e formar leitores críticos e atuantes. Já a gramática de Perini apresenta uma abordagem de cunho científico, afastando-se do modelo normativo tradicional. Seu foco recai sobre a descrição da variedade falada do português brasileiro, com base em pressupostos linguísticos modernos, contribuindo para uma compreensão mais precisa dos fenômenos verbais na língua em uso.

A obra *Gramática do Português Brasileiro* (2010), de Mário A. Perini, representa um marco nos estudos linguísticos nacionais ao oferecer uma descrição sistemática e aprofundada das estruturas da variedade brasileira da língua portuguesa, a partir de uma perspectiva funcional e descritiva, o professor atua na subárea de Teoria e Análise Linguística, com concentração em português brasileiro falado, sintaxe, ensino de português e estudos do léxico. De acordo com Perini (2010, p. 17), a gramática deve ser observada como uma disciplina científica, isto é, existem diferentes métodos de análises para estudar aspectos da linguagem. Assim, há diversas formas de se entender um mesmo elemento linguístico e esse deve ser o foco do ensino de língua. A adoção desta concepção implica um redirecionamento do ensino, que passa a ter como objetivo primário a promoção da reflexão metalinguística sobre a variação e o funcionamento real da linguagem. Tal enfoque visa superar o caráter exclusivamente normativo tradicional, historicamente dominante, em favor de uma aprendizagem mais crítica, significativa e contextualizada. Desta forma, o processo educacional torna-se mais coerente com as práticas comunicativas concretas dos

falantes, contribuindo para a desmistificação da norma culta como única forma legítima de expressão.

Perini, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais, ao descrever o português brasileiro como um sistema autônomo, rompe com a visão tradicional. A proposta do autor é ancorada em observações empíricas e na descrição rigorosa das formas e estruturas que, de fato, compõem o uso corrente da língua, especialmente no registro oral informal, sem negligenciar os níveis mais formais.

O objetivo deste livro é descritivo: ou seja, pretende descrever como é o Português Brasileiro, não prescrever formas certas e proibir formas erradas. Para nós, “certo” é aquilo que ocorre na língua. [...] O linguista precisa manter uma atitude científica, com atenção constante às realidades da língua e total respeito por elas (Perini, 2010, p. 21).

Nesse sentido, a *Gramática do Português Brasileiro* não apenas fornece um sistema teórico-metodológico consistente para o estudo da língua, mas também oferece subsídios valiosos para o ensino de português. Ao privilegiar uma abordagem descritiva, a obra permite que o ensino da gramática se aproxime da realidade linguística dos estudantes, favorecendo uma postura reflexiva sobre as formas de expressão e promovendo o respeito à variação e à diversidade linguística.

Essa perspectiva, alinhada aos pressupostos da Linguística, considera a variação, o contexto e a função comunicativa como fatores determinantes para a compreensão do sistema linguístico. Nesse quadro, o verbo ultrapassa a mera categoria morfológica e é investigado como um eixo central na organização do discurso e na negociação de sentidos. Essa visão científica e funcional oferece uma descrição mais complexa e próxima da realidade sociolinguística dos falantes.

A gramática escolar *360º – Língua portuguesa: novas palavras*⁵ é estruturada com foco no uso correto da norma-padrão e costuma seguir a organização tradicional das gramáticas escolares, com ênfase em definições e classificações formais. Conforme Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2017), “as reflexões sobre as diferentes maneiras de falar e de escrever desenvolverão com o estudo das estruturas que estabelecem a organização e o sentido dos textos que constituem o

⁵ Ao se analisar a gramática, observa-se uma proposta didática voltada para o Ensino Médio que busca integrar os eixos de leitura, produção textual e gramática normativa. Contudo, um aspecto merece destaque crítico: a obra não apresenta um prefácio estruturado, restringindo-se a uma breve apresentação inicial, insuficiente para explicitar as escolhas teóricas e metodológicas que fundamentam sua construção. A introdução da obra se resume a uma breve apresentação, o que dificulta o posicionamento epistemológico da coleção frente às diferentes correntes da linguística aplicada ao ensino.

nosso ‘mundo da leitura’”. Esta gramática se destaca por oferecer uma abordagem clara e sistematizada da norma-padrão da língua portuguesa, apresentando os conteúdos de maneira gradual, com linguagem acessível e recursos visuais que facilitam a compreensão e a fixação dos conceitos gramaticais.

Como objeto de análise justifica-se, sobretudo, pela familiaridade prévia com a obra, adquirida por meio de sua utilização contínua no contexto escolar.⁶ Essa experiência prática com o material possibilita uma compreensão mais aprofundada de sua estrutura, metodologia e abordagem normativa, o que favorece uma análise crítica mais consistente. Assim, a seleção da obra está diretamente ligada ao conhecimento prévio acumulado em sua aplicação pedagógica e à sua pertinência enquanto objeto de investigação no campo do ensino de língua portuguesa.

A gramática de cunho tradicional, representada por Amaral, Ferreira, Leite e Antônio, adota uma perspectiva intrinsecamente prescritiva. Nesse modelo, o foco central recai sobre o uso considerado “correto” dos tempos e modos verbais, conforme a variedade de prestígio e a norma culta. Essa orientação, historicamente consolidada na formação escolar brasileira, tende a privilegiar a adequação formal em detrimento de uma análise aprofundada do funcionamento efetivo da língua em contextos reais de uso. Consequentemente, o verbo é abordado primariamente como um objeto de regra morfológica a ser memorizada e aplicada, e não como um elemento dinâmico na construção discursiva.

A organização dos sumários apresenta a diferença na forma de se analisar a língua por essas gramáticas. Na gramática escolar *360º – Língua portuguesa: novas palavras*, mantém-se a sequência tradicional quanto aos aspectos semânticos, morfológicos e sintáticos,⁷ já na gramática do português brasileiro apresenta-se uma construção que se inicia com a sintaxe da oração, valência, período composto, uso das formas verbais, sintagma nominal, concordância, classes de palavras, discurso e fonologia, corroborando o objetivo desta gramática, o qual é descrever como é o português brasileiro.

⁶ Organizada em três volumes, a obra busca articular o ensino da gramática normativa com práticas de leitura, produção textual e reflexão sobre a linguagem. Um dos aspectos que evidenciam a consolidação do material no cenário educacional é a existência de, pelo menos, três edições, sendo a terceira publicada em 2017. A reedição contínua sugere a recepção positiva da obra por parte das instituições e profissionais da educação, bem como um esforço editorial em manter o conteúdo atualizado.

⁷ Sua abordagem insere-se na tradição das gramáticas normativas, tal como as de Celso Cunha e Lindley Cintra, Evanildo Bechara e Rocha Lima, que apresentam descrições da língua com base em um modelo normativo, prescrevendo regras de uso e classificações formais consolidadas historicamente.

Ao iniciar o estudo morfológico do verbo, pode-se observar que a análise conceitual contida na gramática escolar *360º – Língua portuguesa: novas palavras* é essencialmente baseada na identificação normativa tradicional,⁸ destacando que o verbo expressa ação, estado, fenômeno. Assim exemplificados (Amaral, Ferreira, Leite e Antônio, 2017, p. 432):

- (1) O ser humano **conquistará** outros planeta. / **Viajarei** nas férias. (Indica ação)
- (2) Nosso planeta **está** cada vez mais quente. / **Fiquei** cansado. (Indica estado)
- (3) Durante este verão **choveu** pouquíssimo. / **Nevou** ontem à noite. (Indica fenômeno da natureza)

Por sua vez, a gramática de Perini reconhece os verbos por seus sufixos característicos e pela relação com os outros membros do seu lexema (Perini, 2010, p. 307).

- (4) Andamos, andam, andava, andasse / como, come, comemos, comessem / parto, parte, partiu, partíssemos

Os exemplos (1), (2) e (3) fundamentam-se em uma classificação semântica e funcional, recorrente na tradição escolar normativa: os verbos são definidos com base no que significam, se indicam ação, estado ou fenômeno da natureza. Essa análise está mais alinhada a uma visão prescritiva da língua, voltada ao ensino formal e à fixação de padrões. Por outro lado, o exemplo (4) rompe com esse enfoque e propõe uma análise baseada em critérios estrutural-morfológicos, caracterizando os verbos por seus morfemas flexionais e por sua relação com outros elementos do mesmo paradigma verbal, foca no comportamento do verbo dentro do sistema da língua, sem recorrer diretamente a categorias semânticas como “ação” ou “estado”.

Tratando dos aspectos das palavras que integram a classe dos verbos, a gramática tradicional de Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2017), analisa as conjugações verbais, flexões, tempos verbais na composição dos modos e os principais empregos dos tempos simples. Nas conjugações verbais, “apresenta as terminações em três grandes grupos”:

⁸ Embora não tenha sido utilizado diretamente neste estudo, destaca-se a relevância do *Dicionário Houaiss de Verbos da Língua Portuguesa*, organizado por José Carlos de Azeredo (2001), como fonte complementar de análise verbal. Embora possuam naturezas distintas, a gramática escolar *360º – Língua portuguesa: novas palavras* (Amaral, Ferreira, Leite e Antônio, 2017) e o *Dicionário Houaiss de Verbos da Língua Portuguesa* (Azeredo, 2001) podem ser articulados no estudo dos verbos e de seus usos, especialmente quando se busca aliar ensino gramatical normativo e observação lexical contextualizada.

Tabela 1 – Conjugações verbais

Conjugação	Terminação	Exemplos
1ª	-ar	Falar, divulgar
2ª	-er	Saber, perceber
3ª	-ir	Sair, dividir

Fonte: Amaral, Ferreira, Leite e Antônio, 2017, p. 433.

Ainda analisando a gramática escolar *360º – Língua portuguesa: novas palavras*, nas flexões indicam que “os verbos são palavras variáveis que se flexionam em: pessoa, número, tempo, modo e voz”.

Nas flexões de pessoa e número,

um ato aqui de comunicação envolve três elementos: as pessoas do discurso, que são representadas pelas pessoas gramaticais 1ª, 2ª e 3ª. Associado ao conceito de pessoa gramatical está o conceito de número (singular e plural), que expressa a quantidade de seres referente a cada uma das três pessoas (Amaral, Ferreira, Leite e Antônio, 2017, p. 433).

Tabela 2 – Flexão de pessoa e número

Pessoa gramatical	Número	
	Singular	Plural
1ª pessoa	Eu beijo	Nós beijamos
2ª pessoa	Tu beijas	Vós beijais
	Você beija	Vocês beijam
3ª pessoas	Ele/Ela beija	Eles/Elas beijam

Fonte: Amaral, Ferreira, Leite e Antônio, 2017, p. 433.

Este modelo tem valor didático, especialmente no contexto escolar, por fornecer um sistema completo e simétrico.

A gramática descritiva de Perini (2010, p. 307) trata da variação máxima de quatro pessoas gramaticais, exemplificadas em 1ª pessoa do singular, 3ª pessoa do singular, 1ª pessoa do plural e 3ª pessoa do plural:

(5) 1ª pessoa sing.: eu faço (6) 3ª pessoa sing.: ele faz (7) 1ª pessoa pl.: nós fazemos (8) 3ª pessoa pl.: eles fazem (9) 1ª pessoa sing.: *eu canto* (10) 3ª pessoa sing.: *ele canta* (11) 1ª pessoa pl.: *nós*

cantamos (12) 3ª pessoa pl.: *eles cantam* (13) 1ª pessoa sing.: *eu parto* (14) 3ª pessoa sing.: *ela parte* (15) 1ª pessoa pl.: *nós partimos* (16) 3ª pessoa pl.: *eles partem* (17) 1ª pessoa sing.: *eu digo* (18) 3ª pessoa sing.: *ele diz* (19) 1ª pessoa pl.: *nós dizemos* (20) 3ª pessoa pl.: *eles dizem*.

Aborda a segunda pessoa do singular gramatical como uma quinta forma, para determinados falantes, a saber, “para muitos falantes do Nordeste e do Sul” (Perini, 2010, p. 308), quanto à segunda pessoa do plural, o autor afirma que é totalmente desusada no português brasileiro:

(21) 2ª pessoa sing.: *tu fazes* (22) 2ª pessoa sing.: *tu cantas* (23) 2ª pessoa sing.: *tu partes* (24) 2ª pessoa sing.: *tu dizes*.

A referência à segunda pessoa do singular, nos exemplos (21) a (24), como uma forma regional ou marcada por dialeto, especialmente no Sul e Nordeste, evidencia como a gramática descritiva incorpora a noção de variação diatópica, ao passo que a normativa frequentemente tenta impor um modelo único, mais próximo do português europeu ou da tradição culta escrita.

A segunda pessoa do plural (“vós”) é apontada como arcaica ou desusada, o que ilustra a distância crescente entre a língua ensinada nas escolas e a língua efetivamente usada pelos falantes. Insta salientar que a segunda pessoa do plural ainda é encontrada nos textos literários, textos bíblicos ou religiosos, sua permanência em alguns registros escritos revela aspectos importantes da história e da variação linguística.

O fenômeno evidencia a diferença entre a língua viva, falada no cotidiano, e a língua cristalizada em textos que preservam os aspectos formais. Essa coexistência reforça a importância de entender a língua como um sistema dinâmico, em constante transformação. Perini rompe com a rigidez normativa e reconhece a variação linguística, além de valorizar o uso efetivo da língua em diferentes regiões e contextos sociais.

Tomando como análise o momento em que ocorre o discurso, as ocorrências expressas pelos fatos verbais transcorrem do tempo em três partes: passado (ou pretérito), presente e futuro, desenvolvendo a composição geral dos tempos verbais.

Tabela 3 – Tempos verbais

Tempo anterior ao momento da fala/escrita	Momento da fala/escrita	Tempo posterior ao momento da fala/escrita
Passado	Presente	Futuro

Fonte: Amaral, Ferreira, Leite e Antônio, 2017, p. 434.

Quanto ao modo verbal, indica que “é a flexão verbal que possibilita ao falante revelar sua própria atitude em relação ao fato expresso pelo verbo” (Amaral, Ferreira, Leite e Antônio, 2017, p. 435) e introduz os tempos verbais na composição dos modos. Apresenta as inúmeras formas que constituem os seus diferentes tempos, denominadas formas nominais.

Tabela 4 – Composição dos tempos verbais

Presente	Pretérito	Futuro
Não tem subdivisões	Pretérito Perfeito	Futuro do presente
	Pretérito Imperfeito	Futuro do pretérito
	Pretérito mais-que-perfeito	

Fonte: Amaral, Ferreira, Leite e Antônio, 2017, p. 434.

Examinando os tempos e modos, nos tempos simples, o verbo no português brasileiro apresenta as seguintes formas: modo indicativo (presente, pretérito imperfeito, pretérito perfeito e condicional), imperativo subjuntivo (presente, imperfeito e futuro), gerúndio, particípio verbal e infinitivo.

Conforme Perini (2010, p. 309)

em comparação com o padrão escrito, nota-se a ausência do mais-que-perfeito do indicativo (eu fizera) e do futuro do indicativo (eu farei), que não existem no Português Brasileiro (PB). O condicional, como vimos, é bastante raro e geralmente restrito a certas fórmulas; e o presente do subjuntivo tende a desaparecer de uso no Sudeste.

Tabela 5 – Tempos e modos verbais

Modo	Tempo	
Indicativo	Presente	Eu faço / Eu ponho
	Pretérito imperfeito	Eu fazia / Eu punha
	Pretérito perfeito	Eu fiz / Eu pus
	Condicional (fut. do pret.)	Eu faria / Eu poria
Imperativo		Faz! / Põe!
Subjuntivo	Presente	Eu faça / Eu ponha
	Imperfeito	Eu fizesse / Eu pusesse
	Futuro	Eu fizer / Eu puser

Gerúndio	Fazendo / Pondo
Particípio verbal	Feito / Posto
Infinitivo	Fazer / Pôr

Fonte: Perini, 2010, p. 309.

Essa comparação destaca, de maneira bastante clara, as diferenças entre a estrutura verbal idealizada pela gramática tradicional e o uso efetivo e dinâmico do português brasileiro contemporâneo. Mostra como, embora a gramática normativa organize os tempos e modos verbais de forma sistemática e completa, muitas dessas formas não têm correspondência prática no uso cotidiano dos falantes.

A divisão temporal clássica — passado, presente e futuro — segue uma lógica linear associada ao momento da fala. Contudo, quando se observa o uso real da língua, percebe-se que certos tempos verbais e formas são muito pouco utilizados ou até inexistentes no Português Brasileiro, especialmente na variedade falada. O pretérito mais-que-perfeito do indicativo (“eu fizera / Eu pusera”), por exemplo, praticamente desapareceu do uso espontâneo, sendo substituído por construções analíticas como “tinha feito e tinha posto”. O mesmo vale para o futuro do indicativo (“eu farei / eu porei”), que frequentemente é substituído por construções com “ir + infinitivo” (“vou fazer / vou pôr”).

Tradicionalmente, nas gramáticas normativas, os verbos são apresentados de forma sistemática, com ênfase nas regras de conjugação, na identificação dos tempos e modos verbais. Essa abordagem valoriza o domínio das formas corretas, sendo voltada principalmente para o uso padrão da língua escrita.

A gramática descritiva propõe uma abordagem mais funcional e contextualizada do ensino dos verbos. Em vez de focar apenas nas classificações tradicionais, busca-se compreender como os verbos funcionam, quais efeitos de sentido produzem, como marcam as relações temporais, aspectuais e modais nas falas e nos textos.

A comparação entre essas duas gramáticas não apenas revela modelos distintos de descrição linguística, mas também levanta uma reflexão essencial para o ensino da língua: a importância de integrar o conhecimento normativo com uma abordagem descritiva que reconheça a diversidade e a dinamicidade da língua em uso.

A adoção exclusiva de uma postura estritamente normativa na sala de aula pode gerar um distanciamento dos alunos em relação à disciplina. Ao impor um ideal linguístico descolado de sua

experiência comunicativa, reforça-se o preconceito linguístico, desvalorizando-se as variedades populares e regionais, o que frequentemente culmina em desmotivação e em baixo desempenho.

Em contraste, uma abordagem pedagógica orientada pela descrição favorece o reconhecimento da diversidade linguística e o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a língua. Ao aproximar o conteúdo gramatical da realidade discursiva do estudante, o aprendizado se torna mais significativo e inclusivo. Além disso, essa perspectiva empodera o professor, concedendo-lhe autonomia pedagógica para questionar as limitações do material didático e selecionar estratégias que respeitem o perfil sociolinguístico da turma.

Portanto, a escolha da perspectiva gramatical no ensino do verbo e de seus tempos não é uma questão meramente teórica, mas sim uma urgência prática para a consolidação de uma educação linguística mais reflexiva, crítica e democrática.

4. Considerações finais

A análise comparativa entre a gramática escolar *360º – Língua portuguesa: novas palavras*, de Emilia Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antônio, e a *Gramática do Português Brasileiro*, de Mário A. Perini, evidencia não apenas abordagens distintas sobre o uso e a classificação dos verbos, mas também reflete concepções divergentes de língua e de ensino gramatical. Enquanto a gramática de Amaral, Ferreira, Leite e Antônio mantém uma estrutura normativa tradicional, orientada pela norma culta e pelas classificações morfológicas e sintáticas convencionais, a gramática de Perini adota uma postura descritiva, valorizando o uso real da língua e uma abordagem funcional da sintaxe verbal. Essa dicotomia reflete não apenas diferenças teóricas, mas também repercussões pedagógicas significativas, pois influencia diretamente os processos de ensino-aprendizagem e a percepção dos estudantes sobre a língua portuguesa.

Ao longo da história do Brasil, o ensino de gramática foi fortemente marcado por um viés normativo, herdado das tradições portuguesas e consolidado durante o período colonial e imperial, quando a gramática tinha como função primordial padronizar a linguagem e moldar sujeitos segundo os valores da elite letrada.

Durante o século XVIII, com a Reforma Pombalina, a gramática passou a ocupar um lugar ainda mais central nos currículos escolares, funcionando como instrumento de disciplinamento linguístico e ideológico. Essa perspectiva permaneceu dominante por décadas, perpetuando uma visão prescritiva da língua, centrada na norma culta e distante da realidade linguística dos falantes

brasileiros. É nesse cenário que se insere a proposta normativa da gramática escolar *360º – Língua portuguesa: novas palavras*, que preserva a linearidade tradicional (semântica, morfologia, sintaxe) e mantém o foco na correção linguística.

Por outro lado, a proposta descritiva de Perini rompe com essa tradição ao reconhecer a legitimidade do português brasileiro falado, valorizando a língua como prática social e buscando descrever seu funcionamento real, com base em critérios científicos. A estrutura de sua gramática — que se inicia pela sintaxe da oração e aborda a valência verbal como ponto de partida — revela uma mudança paradigmática no modo de compreender a língua e de ensinar gramática.

Assim, este estudo evidencia que o confronto entre os modelos normativo e descritivo é também um reflexo da trajetória histórica do ensino gramatical no país. Compreender essa evolução é fundamental para repensar práticas pedagógicas e para construir um ensino de gramática mais inclusivo, reflexivo e alinhado à realidade linguística dos alunos brasileiros. A escolha entre uma abordagem ou outra não é meramente técnica, mas envolve decisões ideológicas, epistemológicas e pedagógicas que impactam diretamente a formação linguística e cidadã dos estudantes.

Referências

- AMARAL, E.; FERREIRA, E.; LEITE, R.; ANTÔNIO, S. *360º – Língua Portuguesa: novas palavras*. v. único. 3. ed. São Paulo: FTD, 2017.
- BORGES NETO, J. *História da gramática*. Curitiba: Editora UFPR, 2024.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs*. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAVALIERE, R. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- DUARTE, L. J. A. Ensino de gramática no Brasil: aspectos históricos e contexto atual. *Philologus*, Rio de Janeiro, ano 27, n. 79, jan./abr. 2021.
- GONÇALVES, K. L. F.; NASCIMENTO, E. M. A Gramática e o ensino de língua portuguesa: as congruências e as divergências dessa relação nos dias atuais. *Docentes*, ano 2, n. 4, dez. 2017.
- MACIEL, L. S. B.; NETO, A. S. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, set/dez. 2006.
- MELAZO, M. R.; ARAÚJO, L. S. Uma introdução à história da gramática de língua portuguesa. *(Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 29, p. 119-135, 2020.

MOTA, N. A.; CERQUEIRA, I. B.; DE AZEVEDO, I. C. M. Gramatização do português brasileiro nos séculos XIX e XX e início do século XXI. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 552-567, ago./dez. 2017.

OLIVEIRA, J. C. D. *João VI: Adorador do Deus das ciências?* Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005.

PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

PERINI, M. A. *Para uma nova gramática do português*. 10. ed. São Paulo: Ática, 1985.

RAZZINI, M. P. G. *O espelho da nação: A antologia nacional e o ensino de português e de literatura (1838–1971)*. 2000. 428f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. Campinas: Autores Associados, 2021.
